

Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada 2

Atena
Editora
Ano 2019



Lucca Simeoni Pavan
(Organizador)

As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada 2

Atena
Editora
Ano 2019



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
T314	As teorias econômicas e a economia aplicada 2 [recurso eletrônico] / Organizador Lucca Simeoni Pavan. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-742-0 DOI 10.22533/at.ed.420190611 1. Economia. 2. Política econômica. I. Série. II. Pavan, Lucca Simeoni. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que venho lhes apresentar a segunda edição do livro *As Teorias Econômicas e A Economia Aplicada*. Nesta nova edição, algumas das características se mantiveram em relação ao primeiro volume. A diversidade regional e a ampla gama de formas metodológicas de se abordar estudos de economia são uma característica evidente neste livro e em sua primeira edição. As novidades são os temas que os artigos tratam.

Este livro se inicia com quatro artigos que de alguma forma tratam do mercado de trabalho e de como os trabalhadores se inserem na restante da sociedade. Estes artigos abordam questões como quais os efeitos de estruturas de produção e políticas econômicas sobre o bem estar dos trabalhadores, como políticas econômicas e choques exógenos afetam os nível de salários e as relações de trabalho. O desemprego é outro fator abordado entre estes artigos iniciais, principalmente o desemprego entre os mais jovens, pois nesta faixa etária, o nível de desemprego se mostra insistentemente maior se comparado à população economicamente ativa mais velha.

Outras questões abordadas aqui são: a relação entre publicação científica nas universidades e o desenvolvimento econômico; a relação entre crimes financeiros e seus impactos na economia, além da investigação dos determinantes de exportações de bananas. O primeiro se justifica pela evidente relação entre produção científica e desenvolvimento de uma sociedade. O segundo, engloba uma das questões mais destacadas na nossa sociedade atualmente que é o combate à corrupção, principalmente aos fatos ligados à operação lava jato. O último, ao tratar das exportações, nos fornece uma evidência empírica relevante e mais um exemplo de como se utilizar a econometria de séries temporais em estudos aplicados ao comércio internacional.

Portanto, aos interessados, apreciem esta nova edição, que com certeza, irá contribuir na formação de seus leitores, sejam eles da área de economia ou de qualquer outra área de estudo cujo pesquisador se interesse pelas questões aqui apresentadas.

Lucca Simeoni Pavan

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CRISE DO CAPITAL E OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA PRODUÇÃO DE CALÇADOS – REGIÃO DO VALE DOS SINOS/RS	
Haidée de Caez Pedroso Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.4201906111	
CAPÍTULO 2	13
UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE RIGIDEZ SALARIAL EM MODELOS MACROECONÔMICOS DSGE	
Lucca Simeoni Pavan	
DOI 10.22533/at.ed.4201906112	
CAPÍTULO 3	32
O CAPITAL INTELECTUAL SOBRE A ÓTICA DA TEORIA DA AGÊNCIA	
Tamires Almeida Carvalho	
André de Sousa Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.4201906113	
CAPÍTULO 4	44
UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO E A JUVENTUDE BRASILEIRA: EM BUSCA DE NOVOS HORIZONTES	
Arlete Longhi Weber	
Laércio de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.4201906114	
CAPÍTULO 5	56
NOTAS SOBRE AS RECENTES PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS EM UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO: UMA REPRESENTAÇÃO TRIENAL A PARTIR DA REVISÃO EM UMA BASE DE DADOS	
Anderson Correa Benfatto	
Miguelangelo Gianezini	
DOI 10.22533/at.ed.4201906115	
CAPÍTULO 6	72
CRIMES FINANCEIROS E SEUS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA: UMA ANÁLISE DA COLABORAÇÃO PREMIADA COM O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Paulo Ricardo Madeira Wendling	
Bernardo Silva de Seixas	
DOI 10.22533/at.ed.4201906116	
CAPÍTULO 7	94
DETERMINANTES DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE BANANA VIA VETORES AUTORREGRESSIVOS	
Weider Loureto Alves	
Sávio Medeiro Viana	
DOI 10.22533/at.ed.4201906117	

CAPÍTULO 8	105
RELAÇÕES CAPITALISTAS EM DESTAQUE NAS ANIMAÇÕES	
Carla Lima Massolla Aragão da Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.4201906118	
CAPÍTULO 9	118
UMA INVESTIGAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO DE <i>CLUSTERS</i> DE DESENVOLVIMENTO NO NORTE DE MINAS GERAIS ENTRE OS ANOS DE 2005, 2010 E 2015	
Raiane Benevides Ferreira	
Paulo Ricardo da Cruz Prates	
Luciana Maria Da Costa	
Tânia Marta Maia Fialho	
DOI 10.22533/at.ed.4201906119	
SOBRE O ORGANIZADOR	146
ÍNDICE REMISSIVO	147

NOTAS SOBRE AS RECENTES PUBLICAÇÕES BRASILEIRAS EM UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO: UMA REPRESENTAÇÃO TRIENAL A PARTIR DA REVISÃO EM UMA BASE DE DADOS

Anderson Correa Benfatto

Bacharel em Ciências Contábeis. Especialista em Administração, Contabilidade e Economia. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC. Bolsista FAPESC/SC - Brasil.

Miguelangelo Gianezini

Bacharel em Administração. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. Doutor. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (mestrado e doutorado) da UNESC.

RESUMO: As Instituições de Educação Superior têm origens e modelos distintos ao longo da história. O surgimento de Universidades está associado à demandas sociais, culturais e econômicas de cada época. Na contemporaneidade, essas instituições formam milhões de profissionais em todo o mundo, contribuindo no desenvolvimento de uma localidade, região ou nação. E para que ocorra o desenvolvimento é necessário aumento produtivo acompanhado de empregabilidade, com intuito de gerar bem-estar e suprir necessidades sociais. Olhando este contexto, o presente estudo é classificado como documental e bibliográfico com abordagem de pesquisa qualitativa e objetivo de pesquisa descritiva. A pesquisa foi realizada na base de dados *Scientific Periodicals Electronic Library*

SPELL® em setembro de 2018, tendo sido selecionados apenas artigos acadêmicos nos períodos de setembro de 2015 a setembro de 2018. Foram encontrados 108 artigos, dos quais 37 eram repetidos e foram descartados, totalizando a busca em 71 artigos analisados. Foram encontrados os seguintes resultados; instituição com maior número de publicações foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em relação aos periódicos com maior número de artigos foram a Revista de Administração da UFSM e a Revista de Administração IMED. Tais estudos apontam que as universidades, por meio da parceria com empresas e setores públicos da sociedade, vêm gerando desenvolvimento, com suas contribuições como instituição geradora de conhecimento e pela aplicação do mesmo com seu trabalho de extensão social.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento socioeconômico, Instituições de Educação Superior, pesquisa bibliográfica.

NOTES ON CURRENT BRAZILIAN PUBLICATIONS ABOUT UNIVERSITY AND DEVELOPMENT: A TRIENNIAL BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT: Higher Education Institutions have different origins and models throughout history.

The emergence of Universities is associated with the social, cultural and economic demands of each age. Now, these institutions form millions of professionals around the world, contributing to the development of a locality, region or nation. Moreover, for development to occur, it is necessary to increase productivity with employability, with an intuition of generating well-being and meeting social needs. Looking at this context, we conducted a documentary and bibliographical study with a qualitative research approach and a descriptive research objective. The research was carried out in the Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL® Database) on September, 2018, and only academic articles were selected from September 2015 to September 2018. We found 108 articles, of which 37 were repeated and were discarded, totalizing the search in 71 articles analyzed. As results the Institution with the highest number of publications were the Federal University of Santa Catarina (UFSC), in relation to the periodicals with the highest number of articles were the Journal of Administration of the UFSM and the Journal of Administration IMED. These studies show that universities, through the partnership with companies and public sectors of society, have been generating development, with their contributions as an institution that generates knowledge and for the application of the same with their work of social extension.

KEYWORDS: Socioeconomic development, Higher Education Institutions, bibliographic survey.

1 | INTRODUÇÃO

O surgimento e a dinâmica das Universidades Comunitárias resultam de um contexto no qual há fatos que transpassaram a esfera da oferta da educação. Fatos provenientes de acontecimentos históricos, políticos e econômicos que transformaram a sociedade e podem gerar desenvolvimento. As universidades e demais Instituições de Educação Superior (IES) têm se constituído como espaço de aprendizado científico formal institucionalizado ao longo da história.

O surgimento dessas instituições está historicamente conectado às angustias e aspirações de sua(s) época(s) de origem, podendo influenciar e modificar o contexto coletivo e comunitário na qual estão inseridas, onde lhe é conferido, desde sua gênese, um compromisso gerador de desenvolvimento socioeconômico por natureza (BARTNIK; SILVA, 2009; FAGUNDES, 1986).

As universidades têm influenciado a sociedade no decorrer da história, nos aspectos ambientais, econômicos e culturais. E ainda, por meio de suas atividades, promovem mudanças, fruto de pesquisas e discussões provenientes de sua condição de geradora de conhecimento, oferecendo respostas às necessidades e anseios sociais (GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005).

Contudo, cabe mencionar que houve crises e avanços institucionais que resultaram em significativas transformações nas próprias universidades. No Brasil, nas últimas duas décadas, essas mudanças se deram pela adoção de políticas

neoliberais, que consigo trouxeram mercantilização da educação superior, fenômeno que cresceu e se consolidou entre 1990 e 2005 (BUARQUE, 2003; SANTOS, 2005).

Com estabelecimento do mercado universitário e com a avançada tecnologia, as IES, sendo elas públicas ou privadas, se depararam com o desafio de se manterem financeiramente ativas e para tanto foram levadas a desenvolver meios de gestão competitivos, alternativas de financiamentos, criação de receitas e prestação de serviços que vão muito além da sua finalidade como instituição ofertante de ensino e geradora de conhecimento (SANTOS, 2005).

Por conseguinte, para se compreender a lógica de financiamento e manutenção do sistema nacional de educação superior as IES são categorizadas no Brasil de duas formas, públicas ou privadas. Para efeitos de levantamento estatístico o Ministério da Educação (MEC) classifica as públicas como federais, estaduais e municipais e as privadas sendo privadas sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais, filantrópicas) e com fins lucrativos (STALLIVIERI, 2009).

Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2016, divulgados em 2017 pelo Ministério da Educação (MEC/INEP), existem 2.407 IES, das quais se dividem entre 296 públicas (107 federais, 123 estaduais e 66 municipais) e 2.111 privadas (89 universidades, 156 centros universitários e 1.866 faculdades), em termos proporcionais 87,70% são privadas e 12,30% são públicas. Em relação ao número de matrículas em 2016, somam 1.990.078 (24,7%) públicas e 6.058.623 (75,3%) privadas, totalizando 8.048.701 (MEC/INEP, 2017).

Diante de tal quadro foi levantada a seguinte questão de pesquisa: Como esse fenômeno tem se refletido nos estudos acadêmicos recentes? Qual cenário de publicações com a temática “universidade e desenvolvimento” no âmbito nacional? Para tanto o presente estudo teve por objetivo efetuar levantamento bibliográfico sobre a temática em uma base de dados nacional e por seguinte, caracterizar o perfil das publicações encontradas no último triênio (2015-2018).

As universidades podem ser “peças-chave” nesse contexto acerca do desenvolvimento socioeconômico, enquanto o Estado tem ações macro, as ações das universidades estão voltadas ao contexto local e regional. Tais ações têm se demonstrado capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico nos cenários sociais nas quais então inseridas, por meio da geração e compartilhamento do conhecimento, oportunizando soluções isoladas para problemas globais, demonstrando assim o potencial da particularidade do desenvolvimento local (FONTAN; VIEIRA, 2011).

O presente capítulo é resultante, pois, de pesquisa pertencente à linha de trabalho e organizações, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), com intento de compreender o fenômeno estudado por meio de uma abordagem interdisciplinar, com suporte do Grupo de pesquisa em Estratégia, Competitividade e Desenvolvimento (GECOMD) e com o apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa e

Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Ao término desta seção cabe ressaltar que o presente estudo é integrante de pesquisa maior que subsidia dissertação de mestrado na área de Desenvolvimento Socioeconômico e que tem como tema norteador as “universidades comunitárias” do estado brasileiro de Santa Catarina, cujos resultados preliminares já estão publicados em artigo de periódico científico (BENFATTO; GIANEZINI, 2019), bem como parte dos resultados constantes neste capítulo.

2 | REFERENCIAL

2.1 Considerações acerca da universidade

Na idade média se originaram as primeiras universidades do ocidente, por volta do século XII, com intuito de profissionalizar determinadas categorias. Em 1088 é fundada a *Universitá di Bologna* que tinha como principal objetivo o ensino formal. Já em meados de 1150 em Paris se dá a criação da *Universitas Magistrorum*, que tinha como objetivo ensinar filosofia e teologia, mais tarde surge a *University of Oxford*, que tinha como foco o ensino das ciências naturais (FAGUNDES, 1986; GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005).

Inicialmente o propósito de algumas universidades era formar o clero, elite política e a nobreza, no entanto com o advento da revolução industrial do século XIII, a atenção também começa a se voltar para atendimento da população, com propósito de implantar um ensino técnico para suprir as necessidades que estavam em curso (FAGUNDES, 1986; GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005).

O início da educação superior no Brasil se dá com a estada da família real portuguesa em meados do século XIII, no entanto somente em sete de setembro de 1920, com o decreto nº 14.343, tem-se a constituição da Universidade do Rio de Janeiro. As primeiras universidades em sua gênese, na década de 1930, têm suas características delineadas pelos modelos europeus e pautadas pela atuação da Igreja, que nessa década cria as primeiras Pontifícias Universidades Católicas (BARTNIK; SILVA, 2009).

Esse modelo de universidade baseado no modelo europeu é consequência da formação, que a aristocracia dos períodos de 1500 a 1800, recebeu nas instituições europeias. O modelo inicial era frágil, por ser fruto da união de várias instituições de educação e por se basear em cursos de áreas muito peculiares (STALLIVIERI, 2009).

E forma preliminar atenta-se que o surgimento da universidade brasileira e seus desdobramentos no decorrer da história tiveram marcas dos modelos econômicos adotados, se iniciando no Brasil Colônia até 1930, demandadas pelo modelo denominado agrário-exportador, se limitando a formar o clero, militares e a elite da época. De 1930 a meados da década de 50, ocorre o modelo nacional

desenvolvimentista, que tinha como base a industrialização de base e que reúne suas forças na educação técnica e profissional, esse modelo educacional vai permanecer nas décadas de 1950 e 1960 (FAGUNDES, 1986).

Nesse período é promulgado o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, que dispõe dos fins do ensino universitário no seu Artigo 1º, “[...] estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; [...]” (BRASIL, 1931).

É possível perceber que no artigo 1º, tem um caráter de pesquisa e profissionalização técnica com objetivos de atender as necessidades do período em que foi publicado, ou seja, o modelo de industrialização. Porém no mesmo decreto, já sinaliza uma preocupação com a natureza social comunitária que as universidades deveriam ter como explícita o artigo 42, “[...] A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferencias de caráter educacional ou utilitário [...] á solução de problemas sociais [...]” (BRASIL, 1931).

Seguindo este raciocínio inicial, pode-se inferir que foram duas as correntes influenciaram o início da aproximação da universidade a comunidade no Brasil. A corrente predominante europeia, que oferecia cursos de extensão e a norte americana, que fornecia serviços para comunidade com o intuito de desenvolver a mesma. É importante destacar que se por um lado comunidades específicas e a sociedade em geral vêm sendo impactadas pela ação e pesquisas provenientes das universidades, por outro, estas mesmas universidades também são transformadas pelas demandas, necessidades e pressões da sociedade (FAGUNDES, 1986; GOULART; VIEIRA; CARVALHO, 2005; BARTNIK; SILVA, 2009).

2.1.1 A instituição universidade no Brasil contemporâneo

Com a Constituição de 1988 as IES ganharam de independência do Estado, conforme “art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Tal autonomia foi regulada mais tarde pelo artigo 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 de que estabelece “Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras [...]” (BRASIL, 1996).

No decorrer da história da educação superior do Brasil, as instituições procurando suprir as necessidades e pressões da sociedade, desenvolveu características próprias e expandiu, gerando um sistema complexo de educação (STALLIVIERI, 2009).

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 1961, que especifica os critérios e fundamentos para as instituições de ensino público e privada, possibilitando a existências dessas duas modalidades organizacionais de educação

(BARTNIK; SILVA, 2009; BRASIL, 1961).

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu artigo 19, vem categorizar e dividir em duas instâncias administrativas para as instituições de ensino superior que segue:

Art. 19. As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: I- públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; II- privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. (BRASIL, 1996).

No Brasil essas duas categorias de administração, conforme art. 19 da referida lei, podem ser públicas, ou seja, mantidas pelas esferas municipais, estaduais ou federais, sendo restrita a cobrança de qualquer tipo de valor aos alunos, sendo financiadas totalmente pelo Estado. Já o inciso II do artigo 19, se refere das privadas, que classificadas como rege o art. 20, que segue: (BRASIL, 1996; STALLIVIERI, 2009).

Art. 20. As instituições privadas de ensino se enquadrarão nas seguintes categorias: I- particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo; II- comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; III- confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior; IV- filantrópicas, na forma da lei. (BRASIL, 1996).

Diante das classificações dadas pelo Art. 20 da LDB (Lei 9.394, 1996) se distribuem de acordo com a captação de recursos e organizadas pelo Decreto n. 3.860 de 09/07/2001 da seguinte forma: universidades, centros universitários, faculdades e faculdades integradas, Institutos e escolas superiores e centros de educação tecnológica (BRASIL, 2001; STALLIVIERI, 2009).

2.2 Desenvolvimento

Nas considerações de Vieira Pinto (1959) há a ideia de desenvolvimento e universalidade do bem-estar, que é gerado pela unidade com o fim de criar o processo do progresso, progresso esse que é a união da ciência e de seus instrumentos que devem ser usados para conceber o desenvolvimento, devendo-se partir do estado atual criar metas futuras com intuito de promover a constante evolução da sociedade.

No mesmo sentido Bresser-Pereira (2006) define o desenvolvimento como a união do acúmulo de capital e a criação de tecnologia, essa união tem como resultante o aumento da produção e renda que por consequência aumenta os salários e o bem-estar social. Esse processo uma vez iniciado deve ser alimentado e incentivado para que se sustente e possa reproduzir seus benefícios.

A compreensão de desenvolvimento está centralizada na ideia da generalização

do bem-estar social, nos campos morais, materiais e civilizatórios gerando assim um conforto para a população, tais condições são advindas do crescimento econômico (PRADO JÚNIOR, 1999).

No decorrer da história o desenvolvimento vem sendo conceituado de maneiras distintas, cabe destacar algumas delas, tais como progresso técnico que promove o aumento de produção e rentabilidade, tais condições são possíveis por meio da divisão social do trabalho. Outra definição de desenvolvimento está condicionada a satisfação das necessidades básicas da dignidade humana, como alimentação, vestimenta e moradia (FURTADO, 1981).

A ideia corrente de desenvolvimento refere-se a um processo de transformação [...] Essa transformação está ligada à introdução de métodos produtivos mais eficazes e se manifesta sob a forma de aumento do fluxo de bens e serviços finais à disposição da coletividade. Assim, a ideia de desenvolvimento articula-se, numa direção, com o conceito de eficiência, noutra com o de riqueza. A formas mais racionais de comportamento corresponde uma satisfação mais plena das necessidades humanas. (FURTADO, 1981, p. 41).

Nessa perspectiva com aumento de produção por meio das modificações nas técnicas de produção, aumenta-se também o fluxo de renda, que gera um efeito de crescimento de um conjunto de estrutura complexa social que está baseada na divisão social do trabalho. Essa resultando tem um efeito social profundo pois proporciona a capacidade de suprir as necessidades da coletividade (FURTADO, 2000).

Para que o desenvolvimento seja concreto e perceptível ele não deve ser apenas numérico, todavia com aumento da produção e dos fluxos de renda, por meio da aplicação de tecnologias que o autor intitula de progresso técnico, esse aumento produtivo pode ser acompanhado com empregabilidade social, gerando renda per capita convertida em distribuição de renda pelo trabalho, com intuito de gerar o bem-estar social e suprir as necessidades sociais (FURTADO, 2004).

As universidades são relevantes no desenvolvimento socioeconômico, nesse sentido essas instituições têm presença essencial nas localidades e regiões onde estão inseridas, sua presença por meio de suas ações voltadas a geração e a compartilhamento do conhecimento tem-se demonstrado eficaz em gerar soluções particulares segundo as características de cada região, assim promovendo o desenvolvimento local (FONTAN; VIEIRA, 2011).

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como interdisciplinar. A pesquisa interdisciplinar é formada pela união de disciplinas distintas, a fim de suprir as lacunas mantidas nas limitações de cada disciplina (SFEZ, 2007). A pesquisa se classifica como bibliográfica, uma vez que os dados coletados e analisados são de origem de material já produzido, ou seja, artigos acadêmicos publicados (GIL,

2009). A pesquisa tem abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa possibilita em seu contexto a aprofundamento e detalhamento, a fim de encontrar significados de diversas situações (RICHARDSON, 2008). Objetivo de pesquisa é descritivo, esse formato propõe a identificar, relatar e comparar os dados (BEUREN, 2008).

3.1 Procedimentos para coleta e análise de dados

Em relação ao procedimento para coleta de dados, optou-se pela base de dados bibliográficos *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL®), que se configura em uma ferramenta que reúne produção científica de periódicos nacionais das áreas de Administração Pública e de Empresas e Contabilidade.

A escolha se justifica, uma vez que a pesquisa teve como objetivo principal realizar levantamento dos artigos publicados em âmbito nacional, por se tratar de uma base de dados de estudos acadêmicos e tem como um dos seus objetivos “Proporcionar visibilidade à produção científica, particularmente aquela divulgada em periódicos editados no Brasil” (SPELL, 2018).

A pesquisa foi realizada no dia 22 de setembro de 2018, tendo sido selecionados apenas artigos acadêmicos compreendidos do período de setembro de 2015 a setembro de 2018, ou seja, nos três anos. Os dados foram coletados e classificados no mesmo dia frente à dinâmica dos resultados e constante atualização da base. Foi utilizado para a busca o tema “universidade e desenvolvimento”. Foram utilizados os termos em inglês, uma vez que, há uma expressiva quantidade de publicações que são traduzidas para essa língua, com intuito aumentar abrangência da busca. Para tanto foram empregados os termos e a soma de termos apresentadas no quadro a seguir (Quadro 1).

Filtro 1	Spell	Filtro 2	Spell	Filtro 3	Spell	Filtro 4	Spell
Development	1763	Desenvolvimento	1799	University	434	Universidade	383
University	37	Universidade	44	Development	15	Desenvolvimento	12
Total Repetidos				37			
Total sem Repetição				71			

Quadro 1 - Filtragem base Spell

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

Inicialmente fez-se a busca apenas com o termo *Development* conforme Filtro 1, resultando 1763 artigos, posteriormente foi utilizado na mesma busca a junção de *Development + University*, resultando em 37 artigos, em seguida foi adotado o mesmo processo, ou seja, no Filtro 2 foi realizado a busca com o termo Desenvolvimento, resultando 1799, após com a soma de Desenvolvimento + Universidade, resultando em 44 artigos.

Já no Filtro 3, foi realizado a busca com termo *University*, resultando em 434,

e com a soma dos termos *University + Development*, resultando 15 artigos, por fim no Filtro 4, Universidade, resultado em 383 artigos, finalizando com inserção dos termos Universidade + Desenvolvimento, resultando em 12 artigos.

Foram encontrados a soma de 108 artigos dos termos utilizados, dos quais 37 eram repetidos e foram descartados, totalizando a busca em 71 artigos a serem analisados.

Foram selecionados os artigos mais citados no *Google Scholar*[®], foi utilizado o título para encontrar os mais citados. Por fim foi efetuada a leitura nos resumos tendo sido selecionado para análise mais minuciosa os estudos aderentes à temática do presente estudo, ou seja, “universidade e desenvolvimento”.

4 | RESULTADOS

Segue apresentação e análise dos dados, que se inicia com quadro 2, que aborda o número de publicações por instituição.

Instituições	Artigos
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	16
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	10
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)	9
Universidade Federal de Lavras (UFLA)	8
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	7
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	6
Universidade Feevale (FEEVALE)	5

Quadro 2 – Publicação por Instituição

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

Como se observa no quadro 2 que trata da quantidade de publicação por instituição, a instituição que obteve o maior número de publicações nas buscas realizadas foi a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

A UFSC por meio do Programa de Pós-Graduação em Administração (CPGA) em união com o Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (INPEAU) realiza “O Colóquio Internacional de Gestão Universitária” e importante destacar que este evento é internacional e conta com a participação da *Maestria en Gestión Universitaria da Universidade Nacional de Mar del Plata (UNMdP)*, da *Asociación de Especialistas em Gestión de la Educación Superior (AEGES)* da Argentina (UFSC, 2018).

O evento acontece anualmente desde o ano 2000 e conta com várias áreas temáticas voltadas para a realidade das universidades, com uma delas intitulada “Universidade e compromisso social”, se justificando assim a quantidade de artigos com assuntos voltados ao contexto das universidades e o desenvolvimento.

Segue relação dos periódicos que mais apresentaram publicações no presente estudo.

Periódicos	Artigos
Revista de Administração da UFSM	4
Revista de Administração IMED	4
Desenvolvimento em Questão	3
International Journal of Innovation	3
NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia	3
RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia.	3
Revista de Gestão e Secretariado	3
Revista Economia & Gestão	3

Quadro 3 – Revistas e periódicos

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

A Revista de Administração da UFSM e a Revista de Administração IMED, como se pode observar apresentaram 4 publicações cada.

A Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria (REA-UFSM) é um periódico acadêmico voltado para as áreas de Administração. É coordenada pelo Programa de Pós-Graduação em Administração e departamento de Ciências Administrativas do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, é classificado no *Qualis* na área interdisciplinar como B3 e na área de administração como B1.

Já Revista de Administração Faculdade Meridional (RAIMED) tem como foco conhecimento científico na área de administração, editada pelo Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/IMED). Sua classificação no *Qualis* na área de administração é B3, na área interdisciplinar como B4.

AUTOR	N
Henrique César Melo Ribeiro	3
Fernando Dal-Ri Murcia	2
Geraldo Alemandro Leite Filho	2
José Alonso Borba	2
Leonardo Ensslin	2

Quadro 4 – Publicações por autor

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

Dannyela da Cunha Lemos é doutora em administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e professora do Programa de pós-graduação *stricto sensu* em administração do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas, no mestrado profissional da Universidade do Estado de Santa Catarina, já Silvio

Antonio Ferraz Cario é doutor em ciências econômicas pela Universidade Estadual de Campinas e atualmente é professor associado IV da Universidade Federal de Santa Catarina.

Autor	Título	Objetivo Geral	Resultados
(LIMA; SILVA, 2015)	Determinantes do desenvolvimento de competências coletivas na gestão de pessoas. (13 citações)	Este artigo objetiva identificar os fatores determinantes para o desenvolvimento de competências coletivas dos servidores da área de gestão de pessoas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).	Como contribuição prática, o estudo apresenta elementos que podem fundamentar um projeto de Gestão por Competências no contexto social da pesquisa, bem como em outras instituições públicas. Tanto as barreiras identificadas, quanto os fatores determinantes das competências coletivas, conforme descritos neste trabalho, podem ser úteis no planejamento da implantação de um sistema de Gestão por Competências, não apenas com enfoque no indivíduo, mas preocupado com o ambiente coletivo.

Quadro 5 – Artigo mais citado no Google Acadêmico.

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

O artigo conta com maior número de citações no Google Acadêmico, porém ao analisar é possível observar que o estudo se dá em uma universidade, contudo o mesmo não condiz com assunto tratado nesse estudo, ou seja, universidade e desenvolvimento.

Autor	Título	Resumo
(CAMPOS, 2017)	A Interação Universidade empresa Na Indústria De Petróleo Brasileira: O Caso Da Petrobras.	Este artigo analisa a colaboração em pesquisa entre a empresa estatal petrolífera brasileira, Petrobras, e universidades no período de 1980 a 2014. Apesar da importância da interação universidade-empresa na indústria de petróleo brasileira, há poucos estudos temporalmente abrangentes sobre o tema. Este trabalho ajuda a preencher uma lacuna na literatura, provendo dados comparativos de longo prazo sobre a colaboração em pesquisa entre a Petrobras e universidades. Baseando-se nas publicações da Petrobras em coautoria com universidades, são analisadas as mudanças na intensidade e orientação geográfica da colaboração, no nível de relação Inter organizacional e na base de conhecimentos da empresa. Além disso, o trabalho também aborda os efeitos da recente política de financiamento à pesquisa e desenvolvimento na interação. Os resultados mostram uma crescente interação entre a Petrobras e as universidades brasileiras, levando a um alargamento da rede de colaborações científicas da empresa e reforçando sua base de conhecimentos.

(SOBRINHO, 2015)	Aprendendo pela Prática: uma análise crítica sobre uma parceria entre Universidade, Governo Local e Sociedade Civil	O objetivo deste artigo é mostrar como uma parceria entre Universidade, Governo Local e Sociedade Civil pode contribuir para o desenvolvimento territorial. O ponto central do artigo é debater criticamente em que medida essa parceria é uma estratégia efetiva para o desenvolvimento de áreas em processos de transformação de uma estrutura rural para uma composição urbana. O artigo mostra uma experiência de aprendizado que foi realizada no Município de Benevides, Estado do Pará, região amazônica, Brasil. Essa experiência objetiva relacionar a pesquisa universitária, as demandas de governos locais e as necessidades da sociedade civil dentro de um amplo projeto de desenvolvimento que envolve (a) governo local, organizações locais e capacitação das comunidades; (b) planejamento participativo do município; e (c) a provisão de serviços por parte da universidade como uma forma eficiente de contribuir para a área onde esta se situa.
(CENCIA et al., 2016)	Ensino, produção leiteira e desenvolvimento local: um estudo sobre a região oeste de Santa Catarina	O presente estudo objetivou analisar a influência de uma parceria estratégica entre o público e o privado para o desenvolvimento local, tendo como foco a atividade leiteira na região oeste do estado de Santa Catarina. Tal iniciativa é derivada da parceria entre municípios e uma Universidade Comunitária da referida região. Foi direcionada aos produtores estabelecidos na região, possibilitando aos acadêmicos participantes do projeto, a obtenção de conhecimentos científicos para a melhoria das práticas de produção leiteira, que é uma das principais atividades econômicas, responsável pela manutenção das famílias no meio rural regional. Por meio da análise dos dados a pesquisa classificada como qualitativa, quantitativa, descritiva e exploratória, apresenta resultados que apontam para forte expansão da produção de leite no período de 2006 a 2012, além de perspectivas futuras do setor leiteiro local, destacando o alinhamento entre as parcerias para a execução das políticas públicas e as necessidades do desenvolvimento regional.
(OLIVEIRA, 2016)	Transferência de Tecnologia na Universidade UFMG para uma Empresa Particular: Processo e Resultados	Há uma estreita relação entre crescimento econômico e desenvolvimento tecnológico. Neste artigo, analisa-se o processo de transferência de tecnologia desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – um novo sistema de amortecimento para solados – para uma empresa de calçados Crômica de Nova Serrana (MG), usando-se o método de estudo de caso. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa documental realizada na UFMG e de entrevistas semiestruturadas realizadas com os principais agentes envolvidos no processo. O processo de transferência de tecnologia da UFMG para a Crômica foi um grande aprendizado para as instituições envolvidas. Esse processo permitiu um maior diálogo da universidade com o setor produtivo, além de abrir espaço para novos convênios e novos produtos. O estudo identificou também aspectos que precisam ser aprimorados: (1) simplificação dos procedimentos; e (2) redução da burocracia e a necessidade de regulamentação da Lei de Inovação no âmbito da UFMG. O caso estudado demonstrou o quanto o aumento do processo de cooperação entre universidade e empresa pode contribuir para a inovação, competitividade e desenvolvimento nacional, especialmente em períodos de grave crise econômica.

Quadro 6 – Artigos com aderência a temática proposta “universidade e desenvolvimento”.

Fonte: Elaborado a partir de dados da pesquisa (2018).

Em relação ao quadro 6 que trata dos artigos que possuem aderência a temática do estudo em questão.

O primeiro artigo de autoria de Campos (2017) tem como objetivo analisar a

colaboração em pesquisa entre a empresa estatal petrolífera brasileira, Petrobras, e universidades no período de 1980 a 2014, o estudo buscou estudar a relação entre a Petrobras e as universidades, e como resultados encontrados pela pesquisa mostram uma crescente interação entre a Petrobras e as universidades brasileiras, com colaborações científicas da empresa, demonstrando a relação estreita entre a universidade e o desenvolvimento (CAMPOS, 2017).

Já a pesquisa de Sobrinho (2015) buscou é mostrar como uma parceria entre Universidade, Governo Local e Sociedade Civil pode contribuir para o desenvolvimento territorial, e como resultados encontrados; capacitação das comunidades, planejamento participativo do município; e a provisão de serviços por parte da universidade como de contribuir para o desenvolvimento local (SOBRINHO, 2015).

Confirmando a universidade como promotora de bem-estar social por meio de seu trabalho de extensão geradora de desenvolvimento.

O estudo de Cencia et al. (2016) tem como objetivo analisar a influência da parceria entre o público e o privado com intuito de gerar o desenvolvimento local, na atividade leiteira na região oeste do estado de Santa Catarina, tal parceria deu com municípios e uma Universidade Comunitária da região, e como resultados indicam que essa parceria promoveu um crescimento da produção de leite no período de 2006 a 2012, além de as parcerias para a execução das políticas públicas voltadas o setor (CENCIA et al., 2016).

E por fim a pesquisa de Oliveira (2016) tem como objetivo analisar a transferência de tecnologia que foi desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que consiste em sistema de amortecimento para solados. Essa transferência foi promovida para uma empresa de calçados Crômico de Nova Serrana (MG), um dos resultados foram à percepção da interação entre universidade e empresa, que contribui para a o desenvolvimento por meio da inovação (OLIVEIRA, 2016).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos resultados, observou-se que a temática ainda possui lacunas a serem preenchidas, mesmo com a ampliação da literatura recentemente disponível. A escolha de uma base de dados, ainda que intencional, de fato representou uma limitação para o estudo, ficando a sugestão de inclusão de outras bases, juntamente com ampliação do recorte, abrangendo a literatura internacional.

E quanto as considerações finais, cabe reiterar que as universidades no decorrer da história vêm desempenhando um papel social importante, por meio da geração do conhecimento e sua interação com a sociedade, oportunizando pela sua missão, suprir necessidades por formação profissional.

Ademais, essas instituições contribuem sobremaneira nas mudanças culturais, sociais e econômicas, mediante a pesquisa e a inovação, sendo igualmente neste

sentido, instituições “geradoras de desenvolvimento”.

Esta *pensata* emergiu do estudo, no qual se constata que muitas universidades, na atualidade, por meio da parceria com empresas e setores públicos e da sociedade, vêm gerando desenvolvimento, com suas contribuições como instituições não só de ensino e pesquisa, mas também pela aplicação de seus trabalhos de extensão social.

REFERÊNCIAS

BARTNIK, F. M. P.; SILVA, I. M. da. Avaliação da ação extensionista em universidades católicas e comunitárias. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 14, n. 2, p. 453-469, jul. 2009.

BENFATTO, A. C.; GIANEZINI, M. Publicações recentes sobre universidade e desenvolvimento no Brasil: revisão do triênio 2015-2018 a partir de base de dados. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v.6, n.4, p.01, 2019.

BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

BRASIL, **Censo da Educação Superior**, MEC/INEP, 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Dispõe fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Decreto nº 3.860**, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições: Poder Executivo.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Texto para discussão EESP/FGV, v. 157, 2006.

BUARQUE, C. A universidade numa encruzilhada. In.: APPEL, E. **Seminário Universidade: por que e como reformar?** Brasília: Unesco, 2003. p. 23-66

CAMPOS, A. Et al. A Interação Universidade-empresa Na Indústria De Petróleo Brasileira: O Caso Da Petrobras. **Revista Brasileira de Inovação**, 2017.

CENCIA, N J Et al. **Ensino, produção leiteira e desenvolvimento local: um estudo sobre a região oeste de Santa Catarina**. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 8, n. 1, 2016.

FAGUNDES, J. **Universidade e compromisso social extensão limites e perspectivas**. São Paulo: UNICAMP, 1986. 184 p.

FONTAN, J; VIEIRA, P. Por um enfoque sistêmico, ecológico e “territorializado”. In.: TREMBLAY, G (Org.); VIEIRA, P F. **O papel da universidade no desenvolvimento local**: experiências brasileiras e canadenses. Florianópolis: Secco, 2011. 286 p.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1981. 161 p.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 355 p.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. Revista de Economia Política, v. 24, n. 4, p. 96, 2004.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ed São Paulo: Atlas. 2009.

GOOGLE ACADÊMICO, 2018. Disponível em: <<https://scholar.google.com.br>> Acesso em: 18 de set 2018.

GOULART, S.; VIEIRA, M. M. F.; CARVALHO, C. A. **Universidades e desenvolvimento local**: uma abordagem institucional. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005. 85p.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 25.08.2018.

LIMA, J. O.; DA SILVA, A. B. Determinantes do desenvolvimento de competências coletivas na gestão de pessoas. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 5, p. 41, 2015. ,

OLIVEIRA, M. R. A. Et al. Technology Transfer From The University of Minas Gerais to a Private Company: Process and Results. **International Journal of Innovation**, v. 4, n. 2, p. 208-219, 2016.

PINTO, A. V. **Ideologia e desenvolvimento nacional**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

PRADO JÚNIOR, C. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999. 142 p. ISBN 85-11-13018-7.

RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 23, p. 137-202, 2005.

SFEZ, L. Interdisciplinarity and communication. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa. (**Innovation and interdisciplinarity in the university**), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 147-166.

SOBRINHO, M. V. et al. **Learning by Doing: a critical analysis about partnership between University, Local Government and Civil Society**. Revista de Ciências da Administração, v. 1, n. 3, p. 183-196, 2015.

SPELL. Objetivos. Disponível em: < <http://www.spell.org.br/sobre/caracteristicas>>. Acesso em: 17 set. 2018.

STALLIVIERI, L. **O sistema de ensino superior do Brasil**: características, tendências e perspectiva. Universidade de Caxias do Sul. Assessoria de Relações Interinstitucionais e Internacionais. 2009.

TREMBLAY, G (Org.); VIEIRA, P. F. **O papel da universidade no desenvolvimento local:** experiências brasileiras e canadenses. Florianópolis: Secco, 2011. 286 p. UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. 2018. <<http://coloquio2018.paginas.ufsc.br/>>. Acesso em: 18 set. 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

LUCCA SIMEONI PAVAN - Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina (2009). Professor do DAMAT na UTFPR-CP. Descreve como áreas de preferência, macroeconomia aplicada e modelagem macroeconômica, métodos quantitativos e computacionais.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise fílmica 105

Animação 105, 106, 108, 112, 115

B

Banana 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 103

C

Capital Intelectual 32, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42

Capitalismo 1, 2, 9, 51, 53, 105, 106, 122

Cinema 105

Colaboração Premiada 72, 73, 74, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Competitividade 7, 11, 25, 32, 33, 37, 39, 40, 58, 67

Consumismo 105, 106, 110, 115

Crimes Financeiros 72, 74, 75, 86

D

Desenvolvimento socioeconômico 56, 57, 58, 62, 118, 119, 125, 131, 140

Dinâmica 3, 7, 9, 12, 13, 17, 21, 22, 25, 27, 45, 57, 63, 97, 118, 122, 124, 125, 126, 142

E

Educação 38, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 69, 70, 119, 120, 131, 132, 133, 134, 137, 138, 140, 141, 142

Exportação 7, 8, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104

I

Instituições de Educação Superior 56, 57

J

Juventude 44, 45, 47, 51, 111

L

Lavagem de Dinheiro 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

M

Macroeconomia 13, 15, 73

Micro 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10, 11, 12, 30

P

Pequenas empresas 1, 2, 5, 7, 8, 11

Pesquisa bibliográfica 1, 2, 32, 33, 56

Q

Questão social 1, 2, 11, 12

R

Reestruturação produtiva 1, 3, 8, 9, 45, 54

Rigidez 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29

S

Salários 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 61, 131, 134, 135

Sindicato 1, 10, 11

T

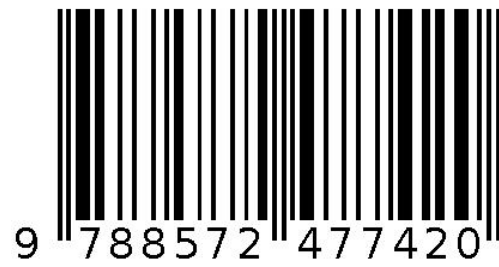
Teoria da Agência 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 42

Trabalho 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 35, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 62, 66, 68, 74, 86, 90, 94, 96, 103, 105, 109, 119, 121, 124, 129, 131, 135, 142, 143

V

Vetor Autorregressivo 94

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-742-0



9 788572 477420